

SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA PRESENÇA DE INDIVÍDUOS NEGROS NO ENSINO SUPERIOR

Emilce Dos Santos Cipriano
Acadêmica do Curso de Pedagogia – UNIPTAN
emilcecipriano@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo busca analisar as dificuldades que o indivíduo negro enfrenta para o acesso ao ensino superior. Se existe algum apoio que ajude em termos de permanência. Explicita se o contexto histórico vivido pelos negros escravos deixou resquícios que possam influenciar ainda hoje no processo educacional. Aborda questões sobre ações afirmativas e sua contribuição para a promoção da igualdade entre brancos e negros. A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi revisão bibliográfica a respeito da situação dos indivíduos negros no ensino superior. Os resultados encontrados foram que a discriminação e a disparidade entre brancos e negros ainda persiste mesmo com as várias medidas adotadas, ainda havendo muito a fazer para conseguir a equiparação. É necessário mais investimento em educação, e que seja realizado em todos os níveis para a melhoria na qualidade da mesma e assim melhor capacitação de toda a população.

PALAVRAS-CHAVE: Negro, Ensino Superior, Desigualdade social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a situação e perspectivas da população negra para acesso ao ensino superior. Para tanto a pesquisa foi feita através de revisão bibliográfica com o objetivo de explicitar as dificuldades existentes e enfrentadas para que a população negra ingresse na educação superior, além de refletir as medidas realizadas para melhorar e auxiliar o alcance desse objetivo.

A história mostra que houve muitas barreiras, que negro vem de um contexto de exclusão, que é devido á vários fatores, o que dificultou e ainda dificulta sua trajetória escolar e mais ainda a possibilidade de ingressar no ensino superior.

Voltaremos um pouco na história para entendermos o contexto histórico da vida do negro e todo o contexto histórico que prejudicou o desenvolvimento

da vida do negro de forma geral, sabe-se que essa desvalorização impossibilitou o crescimento cultural e as possibilidades de adquirir conhecimento.

Foi abordado o contexto histórico da vivência da população negra, para ponderar os fatores históricos que reforçaram a discriminação e a inferioridade, trazendo até os dias atuais os problemas da desigualdade e da desvalorização, e também as ações afirmativas que foram implantadas visando ampliar o acesso ao ensino superior pela população negra para que fosse consertada uma desigualdade.

1 Legado da Escravidão

A escravidão no Brasil durou quase quatrocentos anos, anos esses de muito sofrimento sentidos na pele que deixaram marcas profundas de agressões, açoites, mortes e muitas atrocidades cometidas por acreditarem que os negros escravos não eram humanos.

Os negros foram trazidos de seu país de origem como se fossem animais em condições subumanas, para ser brutalmente escravizado sem nenhum direito, e mais inimaginável sem o direito de acesso a escola.

Ao negro foi negado o direito de aprender a ler e escrever. Com a chegada dos jesuítas ao Brasil, o negro pôde um pouco, mas bem limitado apenas o necessário para que fosse catequisado, apenas isso não podia almejar mais não era permitido, como nos mostra Silva e Araújo:

Desde o início da colonização a educação brasileira apresenta uma gestão problemática e discriminatória. A educação jesuítica (1549), cujo objetivo principal era instruir a população nativa, também pretendia transformar os nativos brasileiros em índios submissos, domesticando-os por meio de interdições [...] (SILVA e ARAÚJO, 2005, p.67)

No período de escravidão, não mudou muita coisa, o negro condenado a servir seus donos, a fazer os serviços mais pesados era castigado se errados ou até quando estava certo, continuava sem poder frequentar a escola.

E segundo o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, todos somos iguais em direito, não há um porquê de haver tamanha discriminação,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, s.p.).

Mas não é o que constatamos quando falamos em relação à população negra, muitos de seus direitos são violados constantemente e boa parte disso tudo é reflexo do contexto vivido na época da escravidão e que até hoje podemos ver suas marcas.

A escravidão foi um período que deixou para a sociedade a visão de um negro servil e objeto que podia ser negociado, vendido, trocado sem direito algum a nada, sem condição de humanidade. Totalmente sem condição o negro sempre foi inferiorizado, e julgado incapaz.

Não devemos esquecer que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, e não foi por bondade e sim porque interesses maiores poderiam ser prejudicados. Logo que aconteceu a abolição da escravatura, os negros libertos ficaram à mercê da própria sorte, sem lugar para morar, sem trabalho e sem apoio algum.

Podemos observar que desde então o negro carrega uma pesada carga de inferioridade e discriminação que corrobora para que os indivíduos negros ocupem posições nos estamentos mais desprovidos da sociedade brasileira. Sem condição de oportunidades todo esse contexto serve somente para aumentar as desigualdades.

2 Educação e Discriminação

Muitas são as dificuldades e discriminação vivida pela população negra que são refletidas em vários aspectos da vida do indivíduo negro, mas não se trata somente dos resquícios da escravidão, como aponta Guimarães: “A má sorte dos “negros” não se deve apenas ao passado, à herança da escravidão, a essa desvantagem inicial, em cada momento do ciclo, se acumula uma desvantagem a mais.” (GUIMARÃES, 2005, p.8)

A educação básica pública ainda caminha a passos lentos e não consegue promover uma qualidade pedagógica, o que facilitaria o acesso ao grau mais elevado do ensino, e quando se trata de uma criança negra a tendência é de

que a situação fique pior, pois essa criança sofre discriminação de todos os lados: de cor, capacidade e de pobreza. “A principal barreira para a integração do negro na sociedade brasileira, para o tratamento igualitário do negro na sociedade brasileira, é a educação. Isto é, na educação reside a maior barreira” (GUIMARÃES, 2005, p.8)

O caminho percorrido pelos negros apresenta percalços que dificultaram a trajetória escolar ficando mais complicado alcançar grau mais elevado de graduação escolar e isso reflete diretamente em todos os aspectos da vida dos negros, nas oportunidades de melhor colocação no mercado de trabalho, e assim em melhores condições de vida, deixando a população negra em serviços braçais e menos valorizados.

O sistema educacional é falho e discriminatório e o negro pobre é o que mais sofre com essa realidade, e assim vai aumentando as dificuldades e as desigualdades afetando toda a vivência do negro e refletindo em todas as áreas, como relata Guimarães:

O sistema educacional discrimina, o sistema ocupacional discrimina, e o sistema de distribuição de rendimentos discrimina. Ao final, a renda total de um negro é produto não apenas de sua herança, mas das discriminações sofridas no sistema educacional, na competição no mercado de trabalho, na disputa no mercado interno às empresas por melhores salários. (GUIMARÃES, 2005, p.8)

As discriminações são sentidas na pele no dia a dia, o negro sofre por ocupar posições desfavorecidas, não consegue oportunidades no mercado de trabalho e se consegue são oportunidades de baixa remuneração. Essa situação vai virando um ciclo vicioso, em que não conseguem melhorar financeiramente, e não conseguem investir em qualificação. Como conseguir melhores posições, melhores condições de vida sem oportunidades? Tudo isso pode ser minimizado com educação de qualidade para todos, mas principalmente para os indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Algumas reportagens e notícias reforçam o quanto o quadro de desigualdade ainda se mantém. “O mercado de trabalho ainda é excludente” reportagem do jornal Estadão, mencionando as dificuldades enfrentadas pela população negra, a falta de oportunidades e a exclusão do mercado de

trabalho, que, apesar de algumas melhorias, o grupo ainda permanece a sofrer com os reflexos do processo histórico do país. O quanto é alarmante a disparidade entre brancos e negros dentro de empresas e quando fala em cargo de chefia e salário fica mais assustador, um negro não ganha nem metade do salário de um branco (48%), segundo o estadão. (ESTADÃO, 2017)

Também em entrevista ao estadão Viviane mulher negra em um cargo de liderança conta o quanto o fato de ser mulher e negra em uma sociedade discriminatória atrapalha, ela narra que sofreu várias discriminações, injúrias. (ESTADÃO, 2017)

Em uma campanha feita pela UFJF, o diretor de Ações Afirmativas da UFJF, Julvan Moreira de Oliveira, relata que “Apenas 12,8% dos estudantes do ensino superior são negros”, esse dado estatístico não pode ser aceitável. É reflexo da história de discriminação e segregação dos negros na sociedade brasileira, que devido ao preconceito e racismo a população não consegue ascender socialmente, a implementação das cotas auxiliou um pouco, mas não resolveu por que além de ser negro, normalmente sua condição econômica não ajuda.

Oliveira também aponta que a população negra tem a sua cultura desvalorizada o que gera inferioridade e baixa estima, sendo necessárias ações para se reverter este quadro. Em uma sociedade em que os valores simbólicos ligados á cultura africana são tidos como negativo, isso traz um complexo de inferioridade muito grande. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2017)

“Dados do IBGE: pretos e pardos são 63,7% dos desocupados” A reportagem do jornal Carta Capital aponta que o Brasil tinha treze milhões de pessoas sem ocupação e desse total 8,3% milhões são pessoas declaradas negras. Aponta também que a informalidade e ocupação em serviços mais braçais é que se encontra boa parcela dos indivíduos negros. Segundo Azeredo coordenador do IBGE, são vários fatores que colaboram para essa situação de desigualdade e que são reflexos do tempo da colonização e que apesar dos avanços, ainda tem muito caminho a avançar.

Essas reportagens reforçam tudo o que foi exposto até aqui e que as desigualdades e discriminação são vivenciadas até hoje por indivíduos negros na sociedade brasileira.

3 Legislação Brasileira

Voltando para a atualidade, vamos falar de medidas em que foram adotadas para diminuir essas desigualdades, as políticas de ações afirmativas, que segundo a Secretária Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, são:

Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo. (BRASIL, s.d.)

As cotas são um exemplo de discriminação positiva. O que isso significa? É quando alguém é discriminado de forma favorável. Possibilita uma maior abertura nas vertentes do caminho a ser percorrido por um indivíduo negro.

As ações afirmativas são ações implementadas pelo governo, como forma de oferecer atendimento aos direitos dos cidadãos assegurados pela constituição, oportunidade para os que não as obtiveram devido ao racismo e discriminação.

As cotas visam combater a herança histórica da escravidão, racismo e discriminação contra os indivíduos negros, e para entendermos o porquê da necessidade de uma ação afirmativa é preciso voltar os olhos para o passado escravista que estabeleceu relações de imposição de poder onde negros eram submissos aos brancos e essa situação gerou as desigualdades sociais entre negros e brancos que são vivenciadas até os dias atuais. E a necessidade de implementação das cotas podem ser verificadas pelas pesquisas de estatísticas que mostram que o percentual de negros cursando o ensino superior ainda é muito baixo quando comparado ao percentual de brancos

Como nos mostra Piovesan (2007), as cotas foram criadas para serem implantadas por um curto período de tempo, somente o necessário para que se consiga atingir um patamar de igualdade entre classes, para que todos tenham oportunidades iguais.

[...] Estas ações constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupo. (PIOVESAN, 2007,p.40)

Devemos nos atentar que as questões sobre as cotas vão além do que apenas auxiliar o indivíduo negro para acesso ao ensino superior, elas permitem que barreiras sejam ultrapassadas.

As cotas são um instrumento que visa diminuir o percurso que se mostra longo e tortuoso para que mais indivíduos negros consigam alcançar um patamar mais elevado em termos de educação.

Medidas foram tomadas antes da lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, para que a população negra obtivesse acesso ao ensino superior no Brasil. Isso aconteceu somente quando o país iniciou o processo de redemocratização, e assim a discriminação social começou a ser exposta, assim não mais escondida, ações foram necessárias para amenizar esse preconceito, e as desigualdades existentes e sofridas pela população negra.

Vários movimentos e leis surgiram para auxiliar na busca da promoção da igualdade de direitos em vários campos, mas principalmente para buscar diminuir as desigualdades educacionais. Falaremos de alguns desses movimentos, inclusive alguns de algumas décadas atrás mais de grande influência para o reconhecimento de que algo deveria ser feito em prol dos indivíduos negros excluídos.

Em 1943 surgiu o movimento a União dos Homens de Preto, movimento que reivindicava o acesso à educação entre outros, como menciona Almeida e Sanchez:

[...] os movimentos sociais negros começaram a retomar sua atuação. Mantendo a educação como prioridade de suas reivindicações, voltaram a oferecer escolas de Educação Básica, que continuaram sendo o principal foco de atuação, mas também passaram a preocupar-se, embora de forma embrionária, com a cobrança de provisão de educação escolar gratuita pelo Estado, bem como com o acesso de negros ao Ensino Superior e com a permanência destes nos estabelecimentos de ensino, em todos os níveis educacionais. (ALMEIDA, SANCHEZ, 2016, p.241)

Esse movimento visava à inclusão do negro na sociedade através educação e de oportunidade no mercado de trabalho, com o intento de diminuir as gritantes diferenças entre brancos e negros.

O Teatro Negro Experimental também foi um desses movimentos que tinha objetivo de valorização do negro através da alfabetização e da conscientização da cidadania, foi idealizado e fundado por Abdias do Nascimento em 1944. Nas palavras de Nascimento:

Engajado a estes propósitos, surgiu, em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. (NASCIMENTO, 1997, s.p)

O Teatro Negro Experimental foi fundado para a valorização da cultura afrodescendente através de peças teatrais voltadas para a temática negra. Nesse espaço era ministrado curso de alfabetização, além de noções de teatro e interpretação, para seus membros que eram operários, empregados domésticos, moradores de favelas sem profissão definida.

Essa iniciativa buscava a melhoria da condição de vida da população afrodescendente, e como podemos perceber sempre através de ações voltadas para educação. Esses grupos se uniam para manifestar trazendo a público as desigualdades, as discriminações, e os preconceitos vividos pela população negra com o intuito de preparar a mesma para a reivindicação de seus direitos na busca de minimizar as desigualdades sociais e raciais.

Devidos às várias reivindicações dos movimentos sociais negros no ano de 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da igualdade (SEPPIR) para melhor atender a população e seus direitos como afirma Norões, em 2003, foi criada a Secretaria de Estado, a política nacional e o Conselho Nacional para a Promoção da Igualdade Racial, todos com forte presença de intelectuais e lideranças negras. (NORÕES, 2012, p.95)

Lei 10.639 foi criada para estabelecer o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana no país, com a promulgação da lei o ensino da história

da África e seus descendentes tornam-se obrigatória, conforme é evidenciado pelo MEC:

Todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. Desde o início da vigência da Lei nº 10.639, em 2003, a temática afro-brasileira se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio [...] (MEC,2007,s.p)

Com a promulgação da lei o ensino de história da África e dos afrodescendentes, vários aspectos vêm à tona, como por exemplo, mudar a visão que temos da história e de como os negros são retratados. Somente dentro do contexto escravista, desde a escravidão os indivíduos negros são considerados inferiores e desvalorizados e conseqüentemente sua cultura também é inferiorizada e desvalorizada.

A importância da história, da cultura e dos costumes de um povo deve ganhar espaço. São várias manifestações riquíssimas dentro da cultura africana e que para seu povo são significativas e que devemos respeitá-las. O objetivo da lei é trazer a público e dentro da escola, as manifestações culturais do povo africano, afinal a sociedade brasileira teve seu início com os povos africanos. A população brasileira tem grande porcentagem de africanidade, então conhecer sua história, cultura e influência toma uma grande importância.

Lei 12.288 criada no dia 20 de outubro de 2010 é o Estatuto da Igualdade Racial foi criado pela SEPPIR e em seus 65 artigos trata de aspectos entre os quais estão saúde, moradia, lazer, cultura e esporte, educação e ações afirmativas ligadas à promoção da igualdade e da cidadania dos indivíduos negros,

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010)

O Estatuto Da Igualdade Racial foi criado com o intuito de implementar ações para a promoção da igualdade. É uma lei muito recente, o que nos leva a refletir que ainda existem muitas desigualdades sociais e raciais, que uma boa parcela da população ainda é vítima de intolerâncias, preconceitos,

racismo, discriminação e segregação. Por esse motivo leis e ações ainda se fazem necessárias para a busca de igualdade de condições de vida e para a garantia de respeito aos direitos de e para todos e todas.

Lei 12.711 criada em 29 de agosto 2012 estabelece a reserva de vagas “cotas” para o ingresso no ensino superior como descreve Daflon *et al*,

Com a aprovação da Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012, que criou uma política de reserva de vagas para alunos de escola pública, pretos e pardos e indígenas em todo o sistema de educação superior e ensino médio federal, a realidade das políticas de ação afirmativa [...] (DAFLON *et al*, 2013,p.3)

A lei é um instrumento para a inclusão dos egressos da escola pública que historicamente são segregados e excluídos. Tem o objetivo de garantir a democratização de um espaço que normalmente é ocupado por jovens ricos que tem condições de pagar por um estudo de melhor qualidade. São 50% das vagas para estudantes egressos de escolas públicas em universidades públicas, visando atingir a população socioeconomicamente desfavorecida.

A desvalorização da educação em meio à população mais necessitada é muito grande, mas não é por vontade própria, é devido às dificuldades diárias de logo cedo buscar meios para sobreviver, é que dão preferência ao trabalho e abandonam a escola e não veem no estudo do ensino superior um caminho melhor para a melhoria na qualidade de sua vida. Por conta dessa desvalorização esse espaço elitizado fica distante da realidade dessa população.

Esses são alguns pontos da legislação educacional que contribuíram para a busca de garantia da promoção da igualdade entre brancos e negros e para garantir a efetivação dos direitos dos indivíduos negros.

4 Permanência

Algumas universidades principalmente as com os conceitos mais elevados são mais resistentes em aderir às ações, pois acreditam que se assim o fizerem terão seu conceito diminuído, pois o aluno com características de inclusão na política das ações afirmativas não é suficientemente preparado para a vida acadêmica, conforme Daflon *et al*, afirma:

[...] embora algumas das universidades de mais prestígio adotem programas de ação afirmativa, elas parecem abraçar com menos entusiasmo as metas de inclusão, estipulando cotas mais reduzidas ou optando pelo sistema de bonificação no vestibular que, como já vimos, tem resultados modestos. (DAFLON et al, 2013, p.321)

A educação oferecida aos alunos sem condições financeiras não se compara nem de longe com a recebida pelo grupo economicamente melhor favorecido, a elite pode pagar por uma educação de qualidade o que resulta em melhores condições de oportunidades. Por isso as ações afirmativas também são voltadas para o aluno da escola pública, que por conta da precariedade da educação pública também precisa de políticas públicas educacionais para garantir seus direitos de cidadão.

Dessa maneira as cotas não são puramente raciais, não contemplam somente a população negra que é quem mais sofre com as desigualdades, mas atendem também a população desfavorecida economicamente, conforme é evidenciado por Daflon:

Em um grande número de universidades, essas duas modalidades são combinadas, de maneira a contemplar tanto beneficiários de baixa renda e/ou provenientes do ensino público, como também candidatos pretos, pardos e indígenas – ainda que atualmente o percentual total de vagas reservadas segundo o critério de classe supere aquelas alocadas de acordo com o critério de cor. (DAFLON et al, 2013, p.312)

Como relata Munanga, seria necessário que o branco ficasse anos parados para que a população negra conseguir equiparar á eles, e mesmo assim poderia não alcançar essa meta, e mesmo assim essa situação se mostra impossível, pois prejudicar um grupo para a melhoria do outro não se justifica, o que é possível e necessário são medidas para suprir essas necessidades:

[...] se por um passe de mágica, os ensinos básico e fundamental melhorassem seus níveis para que os alunos pudessem competir igualmente no vestibular com os estudantes oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isso supõe que os brancos fiquem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros, para juntos caminharem no mesmo pé de igualdade. (MUNANGA, 2001, p.33)

A população negra não ficou parada, vendo os seus sofrerem, foram muitas lutas empreendidas por vários representantes na busca de oportunidades igualitárias, e reivindicação de seus direitos. Mas somente depois do processo de redemocratização do país é que alguns grupos discriminados puderam trazer à público suas necessidades e exigir seus direitos, conforme é evidenciado por Moehlecke:

Com a redemocratização do país, alguns movimentos sociais começaram a exigir uma postura mais ativa do Poder Público diante das questões como raça, gênero, etnia, e a adoção de medidas específicas para sua solução, como as ações afirmativas. (MOEHLECKE, 2002, p.203)

A sociedade brasileira discrimina o indivíduo por conta de características particulares como cor e sexo, o que incide nas oportunidades de melhor trabalho, e no âmbito educacional. Muitos indivíduos negros ainda encontram dificuldades para conquistar uma oportunidade de emprego mesmo estando capacitado, graduado. O mercado de trabalho ainda exclui. Portanto, é difícil a tarefa de competição entre brancos e negros, segundo Moehlecke:

A redemocratização no Brasil é ainda um processo recente e permeado por diversas lacunas não resolvidas. Uma delas refere-se à permanência de condições adscritas, isto é, características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor e sexo, a influir na definição das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política. (MOEHLECKE, 2002, p.198)

Moehlecke aponta que boa parcela da população não compreende o porquê da existência de cotas para o benefício de apenas alguns grupos, mas é vital entender que não é um benefício, mas sim o pagamento da dívida histórica, pois esses grupos viveram discriminados e excluídos por muito tempo sem acesso à educação. Como consequência não consegue ascender socialmente, como sabemos a educação é porta de ascensão social:

[...] importância atribuída à educação, vista como um instrumento de ascensão social e de desenvolvimento do país; a exposição de dados estatísticos que mostram o insignificante acesso da população pobre e negra ao ensino superior brasileiro e a incompatibilidade dessa situação com a idéia de igualdade, justiça e democracia;

resgate de razões históricas, como a escravidão ou o massacre indígena, que contribuíram para a situação de desigualdade ou exclusão dos negros e índios e implicam uma dívida do Poder Público para com esses setores. (MOEHLECKE, 2002, p.208)

Ao pensarmos em um aluno pobre e negro ingressante no ensino superior podemos prever que esse aluno poderá ter dificuldades para manter-se no mundo acadêmico, então não menos importante quanto promover o acesso, deve-se pensar também na permanência desses alunos, pois muitos são os desafios e muitos deixam a universidade por falta de apoio que seja acadêmico e até mesmo financeiro, pois há muitos gastos como transporte, alimentação, xerox entre outros.

Existe um programa do Governo Federal que concede um auxílio financeiro, é o programa de bolsa permanência PBP, pago diretamente ao estudante via cartão. Para ter direito o aluno deve estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica e também para estudantes indígenas e quilombolas. Mas para que o aluno possa pleitear uma bolsa é necessário que a instituição faça adesão ao programa, sem isso é inviável.

A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica [...] (MEC, 2007, s.p)

O programa tem como objetivo colaborar para que o aluno com vulnerabilidade socioeconômica tenha possibilidades de estar presente nas aulas e por esse motivo não deixar de concluir o ensino superior. Como sabemos são muitos fatores que contribuem para a evasão, dentre os quais estão custos com moradia, transporte, xerox e alimentação.

O Programa Bolsa Permanência é um programa do governo federal que auxilia estudantes do ensino superior com recursos financeiros. O aluno tem alguns requisitos que devem ser preenchidos para que consiga a concessão de uma bolsa. Atende também alunos das comunidades indígenas e quilombolas.

O referido programa é uma ação dentro das políticas de ações afirmativas que visam garantir o acesso dos cidadãos aos seus direitos. É de suma importância pontuar a pertinência das políticas de ações afirmativas para

a promoção do acesso ao ensino, lugar de exclusão por muitos anos das classes historicamente excluídas, onde somente a elite podia estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa percebemos que mesmo tendo passado tantos anos após a abolição da escravatura, o indivíduo negro ainda é vítima de discriminação e preconceito, que ainda vem juntamente com a sua cor a inferiorização, o julgamento de sua capacidade, o olhar desumanizador do tempo em que era um objeto com valor financeiro de compra e venda, e desvalorizado como ser humano ainda não conseguiu conquistar igualdade e ainda ocupa as camadas mais desfavorecidas.

Podemos observar que ainda existe uma disparidade enorme quando a questão é classe/cor, a população negra ainda sofre com falta de oportunidades, e além do preconceito sofrido pela cor, também sofre por ocupar posições sociais desfavorecidas economicamente o que resulta em obstáculos na trajetória educacional e também na mobilidade social porque como sabemos a educação é que torna possível essa mobilidade social, conforme relata Guimarães (2005).

Percebe-se que as ações afirmativas contribuíram um pouco para preencher essa lacuna, porém não foi ainda suficiente para acabar com a discrepância entre brancos e negros, sendo preciso mais e diferentes medidas. As cotas aumentaram, sim, a presença de alunos negros e baixa renda no ensino superior, porém essa representação é muito pequena se comparada à porcentagem total da população negra, que é de 54%, portanto a maioria da população brasileira. De acordo com Moehlecke (2002), é essencial entender que essas medidas são necessárias e importantes para os indivíduos negros e o verdadeiro benefício das ações afirmativas como a cota racial vai além do acesso ao ensino superior, ela traz um poder de valorização e de expressar a capacidade de alcançar qualificação, de conquistar um lugar na sociedade e demonstrar que o indivíduo negro não é incapaz e que a educação é permite mudar a realidade e a sociedade, da qual os indivíduos negros também fazem parte.

É necessário mais investimento em educação, mas não somente ações para o acesso ao ensino superior, mas desde o ensino básico, uma melhoria na

qualidade do ensino nas escolas públicas para melhor qualificação das crianças e jovens para que quando chegado o momento de ingressar no ensino superior os nossos jovens estejam preparados e capacitados, em concordância com Munanga (2001).

Educação de qualidade desde os níveis iniciais para toda população é um passo imprescindível que repercute em oportunidades igualitárias, promove melhores condições de vida para nossas crianças e jovens e também oportunidades no mercado de trabalho tão competitivo e exigente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de, SANCHEZ, Livia, **Os Negros na Legislação Educacional e Educação Formal no Brasil**, São Paulo, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2007. Disponível em: < www.seppir.gov.br >. Acesso em 16 de junho de 2018.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma Abordagem Histórica da Educação dos Negros**. In: ROMÃO, Jeruse,(org.). História da Educação do Negro e outras Histórias. Brasília; 2005.

DAFLON, Verônica Toste, JÚNIOR João Feres e CAMPOS Luiz Augusto **Afirmativas Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro: Um Panorama Analítico**. In: Cadernos de Pesquisa v.43 n.148, jan./abr. 2013.

ESTADÃO, **O Mercado de Trabalho Ainda é Excludente para Negros**, 2017, <https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/mercado-de-trabalho-ainda-e-excludente-para-negros-no-brasil>> Acesso em: 07 dez. 2018.

GRIN, Mônica **O Impacto Simbólico das Pesquisas Históricas: Os Negros e os Carentes na PUC-RJ**, São Paulo, 2005. In: DURHAM, Eunice R. e BORI, Carolina M. Seminário O Negro no Ensino Superior; NUPES.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Estudos e Posições sobre a Desigualdade Racial no Brasil**. In: DURHAM, Eunice R. e BORI, Carolina M. Seminário O Negro no Ensino Superior; NUPES.

LOPES, Ana Lucia, **Alunos Negro-Mestiços Concluintes do Ensino Superior**, 2005, São Paulo, In: DURHAM, Eunice R. e BORI, Carolina M. Seminário O Negro no Ensino Superior; NUPES.

MOEHLECKE, Sabrina, **Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil**, São Paulo, 2002.

MUNANGA, Kabengele, **Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil – Um Ponto de Vista em Defesa das Cotas**, 2001. In: DURHAM, Eunice R. e BORI, Carolina M. Seminário O Negro no Ensino Superior; NUPES.

NORÕES, Kátia Cristina, **Políticas Afirmativas: Movimentos dos Negros e Educação Superior Pública**, Brasília, 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos**. In: SANTOS, Sales Augusto dos, (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília. 2007.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus, **Experiências Integradoras Que o Brasil já Conheceu: Uma Análise Jurídica Sobre Exclusão Social dos Afrodescendentes Numa Ordem Constitucional Integradora**, 2001. In: DURHAM, Eunice R. e BORI, Carolina M. Seminário O Negro no Ensino Superior; NUPES.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. **Da Interdição Escolar às Ações Educacionais de Sucesso: Escolas dos Movimentos Negros e Escolas Profissionais, Técnicas e Tecnológicas**. In: ROMÃO, Jeruse, (Org.). **História da Educação do Negro e outras Histórias**. Brasília. 2005.

SILVEIRA, Cristiane da, TELES; Luciano Everton Costa, **Educação e Relações Étnico-Raciais: O Movimento Negro No Brasil e a Emergência Da Lei 10.639/03**, Santa Catarina, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Consciência negra: apenas 34% dos alunos de ensino superior são negros no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-apenas-34-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 07 dez. 2018.